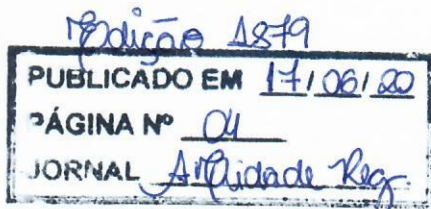




**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91



**LEI Nº 1.680 DE 10 DE JUNHO DE 2020.**

*Súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2021, e dá outras providências.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA**, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Orçamento do Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, para o exercício de 2021, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

**I - DAS METAS FISCAIS**

**Art. 2º** - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2021, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

**Art. 3º** - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituída pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

**Art. 4º** - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS, da PORTARIA Nº 403/2016 - STN.

**Art. 5º** - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos nos Art. 2º e 3º desta Lei constituem-se:

Anexo de Riscos Fiscais e Anexo de Metas Fiscais  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

### ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo 1 - Metas Anuais;

Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e

Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

**Parágrafo Único** - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

### RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

**Art. 6º** - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

### METAS ANUAIS

**Art. 7º** - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1 - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2020 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 403/2016 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

### AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

**Art. 8º** - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA ESTADO DO PARANÁ

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

### **METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**Art. 9º** - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídas com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

### **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Art. 10** - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

**Parágrafo Único** - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

### **ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

**Art. 11** - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos devem estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

**Parágrafo Único** - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

### **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

**Art. 12** - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO deverá conter a



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

avaliação da situação financeira e atual do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria nº 403/2016 - STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

### ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

**Art. 13** - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação (Demonstrativo 7), de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

### MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

**Art. 14** - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

**Parágrafo Único** - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

### MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

**Art. 15** - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

**Parágrafo Único** - De conformidade com a Portaria nº 403/2016 - STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2021, 2021 e 2022.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

**Art. 16** - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

**Parágrafo Único** - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, e às normas da contabilidade pública.

### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

**Art. 17** - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação da STN.

**Parágrafo Único** - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

**Art. 18** - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

**Parágrafo Único** - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2021, 2022 e 2023.

## II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Art. 19** - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021, serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2021 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

## III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA ESTADO DO PARANÁ

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

**Art. 20** - O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

**Art. 21** - A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da STN.

**Art. 22** - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterà todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

**Art. 23** - O Orçamento para exercício de 2021 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48, da LRF).

**Art. 24** - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

**Parágrafo Único** - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

**Art. 25** - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas as fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários (art. 9º da LRF), com base nos seguintes critérios:

- I- limitação de empenhos relativos a investimentos a serem executados com recursos próprios do município;
- II- limitação de despesas com combustíveis, exceto para a frota que atende os serviços públicos essenciais de saúde e educação;
- III- limitação de despesas com horas-extras, exceto para atividades consideradas essenciais e indispensáveis ao serviço público municipal;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA ESTADO DO PARANÁ

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

IV- limitação de empenhos de despesas relativas a viagens e diárias;  
V- limitação de despesas com demais produtos e serviços que possam ser reduzidos sem afetar a oferta dos serviços públicos essenciais.

**Parágrafo único.** Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais.

**Art. 26** - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2021, poderão ser expandidas (art. 4º, § 2º da LRF), em compatibilidade com o crescimento da receita em função da expansão da economia, conforme anexo constante desta lei.

**Art. 27** - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2021.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

**Art. 28** - O Orçamento para o exercício de 2021 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a 3% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 20% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2021, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 29** - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA ESTADO DO PARANÁ

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

**Art. 30** - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

**Art. 31** - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2021 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

**Art. 32** - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2021, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

**Art. 33** - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

**Parágrafo Único** - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

**Art. 34** - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

**Parágrafo Único** - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 35** - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

**Art. 36** - As despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

**Art. 37** - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA ESTADO DO PARANÁ

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

**Art. 38** - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

**Parágrafo Único** - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

**Art. 39** - Durante a execução orçamentária de 2021, o Poder Executivo Municipal, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 (art. 167, I da Constituição Federal).

**Art. 40** - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

**Parágrafo Único** - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

**Art. 41** - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2020 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 42** - A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

**Art. 43** - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

**Art. 44** - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA ESTADO DO PARANÁ

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

**Art. 45** - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei Autorizativa, poderão em 2021, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

**Parágrafo Único** - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2021.

**Art. 46** - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes – Executivo e Legislativo – em 2021, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2021, acrescida de 5%, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

**Art. 47** - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

**Art. 48** - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 49** - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único** - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 50** - O Executivo Municipal poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA ESTADO DO PARANÁ

Rua Papa João XXIII, 1086 – Centro – CEP: 86240-000 – Fone/Fax: (43) 3265-8300  
e-mail: pmssa@amoreira.pr.gov.br Site: www.amoreira.pr.gov.br  
CNPJ: 76.290.659/0001-91

orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

**Art. 51** - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

**Art. 52** - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 53** - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

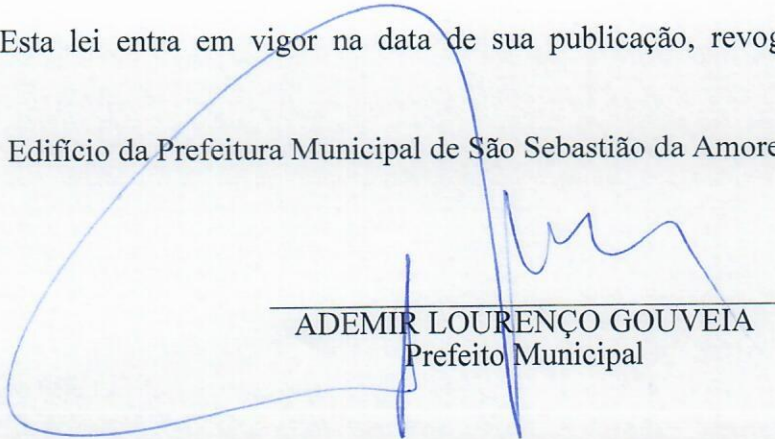
**Art. 54** - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no seu pagamento, desde que justificada e não seja motivada por má fé.

**Art. 55** - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 56** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 57** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 10 de junho de 2020.

  
ADEMIR LOURENÇO GOUVEIA  
Prefeito Municipal

# Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira - Estado do Paraná

## DECRETO Nº 090/2020

**Súmula:** Promove atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo para o imposto predial e territorial urbano - IPTU do exercício de 2020. O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

**CONSIDERANDO** que a atualização monetária da base de cálculo para o imposto IPTU é de dever do gestor, conforme o artigo 11 da Lei Complementar nº 101/2000;

**CONSIDERANDO** que o art. 97, § 2º do Código Tributário Nacional prevê não consistir majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II do referido artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo;

**CONSIDERANDO** que a simples atualização monetária da base de cálculo do imposto, realizada segundo índices oficiais que espelham a inflação acumulada dos exercícios financeiros em referência, não se confunde com a majoração da própria base de cálculo, estando autorizada independentemente de lei, a teor do que preceitua o art. 97, § 2º do CTN.

**CONSIDERANDO** que, sem a citada atualização monetária, resultaria redução para a arrecadação do IPTU para o exercício de 2020, nesta cidade, do que adviria sério comprometimento para as finanças públicas. DECRETA:

Art. 1º Os valores monetários da respectiva base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU ficam atualizados para o exercício de 2020, mediante a aplicação dos percentuais da inflação acumulada do IPCA (IBGE), de 4,30% (quatro, virgula e trinta por cento), referente ao período de janeiro a dezembro de 2019.

Art. 2º Os percentuais da inflação acumulada do IPCA (IBGE) de que trata o artigo anterior aplicam-se ao valor constante na planta genérica de valores, Lei Municipal nº 375/1994.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, em 10 de JUNHO de 2020.

Ademir Lourenço Gouveia - Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 091/2020

**Súmula:** Regulamenta a Isenção do IPTU para o exercício de 2020, e dá outras providências. O Prefeito Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo Capítulo VII, Seção III, art. 304 do Código Tributário em vigor (Lei nº 587/2000, alterada pela Lei nº 713/2004, DECRETA:

Art. 1º - Ficam isentados do IPTU os terrenos - RLUZ2020, os imóveis com área construída de no máximo 70,00 m², cujos proprietários tiverem idade igual ou superior à 60 (sessenta) anos, com renda mensal igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo, possuindo um único imóvel no Município.

Art. 2º - Os interessados deverão requerer a isenção por escrito, apresentando comprovante de rendimentos, certidão do Cartório de Registro de Imóveis - 2º Ofício da Comarca de Assaí/PR, e certidão da Prefeitura Municipal, o qual será encaminhado ao Departamento de Assistência Social, para avaliação dos padrões de renda, análise e encaminhamento do parecer ao Executivo Municipal, para deferimento ou indeferimento dos pedidos protocolados.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 10 de junho de 2020.

ADEMIR LOURENÇO GOUVEIA - Prefeito Municipal

## LEI Nº 1.660 DE 10 DE JUNHO DE 2020

**Súmula:** Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do Orçamento para o exercício de 2021, e dá outras providências. A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, aprova, e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, para o exercício de 2021, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre a Legislação Tributária;
- VIII - as Disposições Gerais.

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Orçamento de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2021, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 3º - As Unidades Orçamentárias são as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS, DA PORTARIA Nº 403/2016 - STN.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos nos arts. 2º e 3º desta lei consistem-se:

- ANEXO DE RISCOS FISCAIS e Anexo de Metas Fiscais
- ANEXO DE RISCOS FISCAIS
- ANEXO DE RISCOS FISCAIS e Providências.
- ANEXO DE METAS FISCAIS
- Demonstrativo 1 - Metas Fiscais;
- Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo 4 - Metas Fiscais e Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atual do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos;
- Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
- Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 6º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1 - Metas Anuais, será elaborado em valores, Correntes, relativos à Receita, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Divida Consolidada, para o Exercício de Referência 2020 e para os dois seguintes.

Art. 8º - Os valores correntes dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da conclusão, aumento, cancelamento de programas ou atividades inativadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 403/2016 da STN. "PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores constantes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

Art. 9º - O cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.

Art. 10 - O cumprimento do art. 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1 - Metas Anuais, será elaborado em valores, Correntes, relativos à Receita, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Divida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do aumento ou não dos valores estabelecidos como metas.

Art. 11 - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe às aquelas que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2000.

Art. 12 - O cumprimento das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.

Art. 13 - De acordo com o § 2º, item II, do art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Divida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídas com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Art. 14 - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe às aquelas que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2000.

Art. 15 - Observando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já contemplados no Demonstrativo 1.

Art. 16 - Evolução do Patrimônio Líquido.

Art. 17 - Em obediência ao § 2º, inciso II, do art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido deve trazer as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Art. 18 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 19 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 20 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 21 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 22 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 23 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 24 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 25 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 26 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 27 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 28 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 29 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 30 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 31 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 32 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 33 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 34 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 35 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 36 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 37 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 38 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 39 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 40 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 41 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 42 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 43 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 44 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 45 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 46 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 47 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 48 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 49 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 50 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 51 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 52 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 53 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 54 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 55 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 56 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 57 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 58 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 59 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 60 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 61 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 62 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 63 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 64 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 65 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 66 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 67 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 68 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 69 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 70 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 71 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 72 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 73 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 74 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 75 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 76 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 77 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 78 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 79 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 80 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 81 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 82 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 83 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 84 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 85 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 86 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 87 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 88 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 89 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 90 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 91 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 92 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 93 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 94 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 95 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 96 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 97 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 98 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 99 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 100 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 101 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 102 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 103 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 104 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 105 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 106 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 107 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 108 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 109 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 110 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 111 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 112 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 113 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 114 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 115 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 116 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 117 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 118 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 119 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 120 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 121 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 122 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 123 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 124 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 125 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 126 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 127 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 128 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 129 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 130 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 131 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 132 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 133 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 134 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 135 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 136 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 137 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 138 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 139 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 140 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 141 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 142 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 143 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 144 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 145 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 146 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 147 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 148 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 149 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 150 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 151 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 152 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Art. 153 - O Orçamento apresentado em separado e situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.